



Aos Vinte e Três dias do mês de Maio de 2025, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Embu-Guaçu na sala de Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, situada na Rua Independência, nº 357, Centro de Embu-Guaçu, para tratar dos seguintes assuntos da pauta: - Leitura, apreciação e votação da ATA da reunião anterior; Em ato contínuo a Presidente Joselia Fernanda iniciou a palavra agradecendo a presença de todos. Em seguida, fizemos a análise do contrato que será realizado para locação do espaço do Movimento Renovador Paulo XI, para a mudança da Escola Amália Fabeny Trovão, creche que encontra-se em estado estrutural inadequado e houve pedido judicial de fechamento do prédio. Vale ressaltar que o prazo expedido na ata de audiência foi excedido. Em continuidade, os conselheiros Mauricio Morando e a conselheira Perla retomam as condições dos transportes escolares, e o processo de licitação, onde abrange a idade dos ônibus e tempo de uso. O conselheiro Mauricio Morando relata sobre as falhas do atendimento, a conselheira Perla, relata as questões sobre o Motorista que se nega a deixar as crianças na porta da escola, colocando a vida das crianças em risco, pois se trata de rodovia. Em seguida, retomamos o assunto brinquedoteca e projeto de Reforço, e a importância do atendimento em sala de aula, e que os afastamentos foram dados através de indicações dos diretores. E que se deve ser montar critérios para as escolhas, havendo etapa de entrevista com o diretor. E que as metas parciais e finais aconteçam dentro da estrutura do projeto. O conselho poderá solicitar as metas, e que os perfis estejam estabelecidos nos projetos. Durante a reunião, foi abordada a utilização da verba proveniente do PDDE para a construção de poços artesianos, sendo informado que uma das obras já foi iniciada na escola do Sítio Grassi. Também foi discutida a situação do caminhão-pipa responsável pelo abastecimento de água das escolas localizadas em áreas afastadas que não possuem rede de água encanada. Foi mencionado que o caminhão atualmente utilizado está inadequado para essa função e que o processo licitatório para o concerto do veículo está em andamento. Em ato contínuo, na palavra livre, foi levantada a situação ocorrida em uma escola referente à remoção de uma professora. Segundo o sindicato SIPROEM, tal remoção não estaria de acordo com a legalidade. A conselheira Gisele solicitou a fala e se posicionou em defesa da professora, ocorrido segundo ela na Escola Wladimir Costa, relatando que a servidora estaria sendo vítima de abuso por parte da gestão, o que motivou a atuação do sindicato dos funcionários públicos em defesa da docente. Diante disso, foi retomado o caso ocorrido na Escola Jonas Gomes, onde, no ano anterior, alguns funcionários foram removidos em situação semelhante, por meio de um ex officio. A discussão se estendeu a outros temas correlatos, como triplo vínculo, aposentadoria compulsória e situações diversas ocorridas



na rede. A conselheira Perla expôs sua opinião no sentido de que, em determinadas situações, o servidor acusado de abusos deveria ser afastado preventivamente e submetido a sindicância. A conselheira Elisângela complementou informando que o sindicato SIPROEM protocolou um requerimento junto à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos quanto ao afastamento da professora da Escola Wladimir Costa.

Ainda sobre este tema, a conselheira Vanessa registrou ter se sentido constrangida após a fala de um dos conselheiros que citou a situação ocorrida na Escola Jonas Gomes, envolvendo remoções de funcionários realizadas por meio de ex officio, após reclamações de professores.

Finalizando, a Presidente agradeceu a participação de todos os presentes, conforme lista de chamada.



Documento assinado digitalmente
JOSELIA FERNANDA FERREIRA DA SILVA
Data: 01/09/2025 14:08:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Joselia Fernanda Ferreira da Silva

Presidente do CME